

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT
Subvenção Econômica à Inovação – 03/2013 - Nanotecnologia

1. OBJETIVO

Esta Seleção Pública visa conceder recursos de subvenção econômica para o desenvolvimento de produtos e/ou processos inovadores, que envolvam significativo risco tecnológico associados à clara oportunidade de mercado, visando o desenvolvimento de produtos com base em processos nanotecnológicos inovadores.

2. TEMAS

2.1. Serão apoiados projetos de inovação em nanotecnologia nos seguintes temas:

1. Plásticos e Borrachas

- Produtos nanotecnológicos com barreiras de gases e/ou umidade
- Produtos nanotecnológicos com propriedades antimicrobianas

2. Papel e Celulose

- Produtos nanocelulósicos (nanofibras, nanopartículas, etc) a partir de biomassa
- Nanocompósitos de alta performance a partir de celulose ou que incorporam produtos nanocelulósicos

3. HPPC – Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

- Produtos nanotecnológicos de alta performance ou que introduzam novas funcionalidades

2.2. O resultado da proposta que será objeto desta Seleção Pública, ao final do período de sua execução, deverá estar em condição de ingressar em uma das etapas de certificação, produção e/ou comercialização. Por isso, não serão aceitas propostas cujo resultado esteja aquém destas possibilidades.

3. RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS

No âmbito desta Seleção Pública serão comprometidos recursos não-reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), conforme tabela a seguir:

TEMAS	Alocação de Recursos Subvencionados (R\$)
1. Plásticos e Borrachas	12.000.000,00
2. Papel e Celulose	10.000.000,00
3. Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.	8.000.000,00
TOTAL	30.000.000,00

Caso o somatório do valor das propostas selecionadas em um dos setores acima seja inferior ao valor de referência correspondente, os recursos poderão ser transferidos para as propostas selecionadas em outro tema desta Seleção Pública.

4. QUEM PODE PARTICIPAR

Empresas brasileiras de qualquer porte, individualmente ou em associação com outra(s) empresa(s) brasileira(s), sendo que todas deverão atender às seguintes condições:

- a) ter realizado o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ) de sua jurisdição até 31/12/2009;
- b) ter efetuado alguma atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira nos anos de 2010, 2011 e 2012 e
- c) ter objeto social, na data de divulgação da presente Seleção Pública, que contemple atividade operacional pertinente ao tema.

No caso de associação de empresas, a principal responsável pelo desenvolvimento do produto ou processo inovador, conforme o objetivo desta Seleção Pública, deverá ser inscrita na proposta como “beneficiária proponente” e as demais como “beneficiária(s) coexecutora(s)”. A participação da(s) empresa(s) coexecutora(s) deverá ser efetiva e relevante na execução do projeto, não podendo se caracterizar como prestação de serviços.

5. CARACTERÍSTICAS DAS PROPOSTAS

Cada empresa poderá integrar apenas uma proposta em um dos temas do item 2, seja como beneficiária proponente, seja como beneficiária coexecutora. No caso de uma empresa figurar em mais de uma proposta todas elas serão eliminadas.

As beneficiárias (proponente e coexecutoras) deverão realizar as atividades do projeto no território nacional. Excepcionalmente, atividades de certificação, homologação e testes poderão ser realizadas fora do país.

A proposta deverá apresentar com clareza o produto ou processo inovador a ser desenvolvido. Para este fim, as atividades a serem custeadas com recursos solicitados à FINEP/FNDCT e de contrapartida deverão estar adequadamente identificadas.

A proposta deverá conter objetivamente suas referências metodológicas, indicadores e mecanismos de certificação – quando for o caso - dos produtos e/ou processos inovadores a serem desenvolvidos.

No caso de proposta que conte com a associação de empresas, todas serão solidariamente responsáveis pela gestão dos recursos e pela prestação de contas, sendo que a beneficiária proponente será responsável pelas informações referentes à gestão do projeto e pela conta bancária exclusiva para movimentação dos recursos.

O valor total da proposta consiste no somatório do valor solicitado à FINEP/FNDCT com o valor da contrapartida a ser aportado pelas beneficiárias. A FINEP somente considerará a execução financeira de contrapartida e de recursos do FNDCT como gastos do projeto a partir da data de assinatura do contrato.

5.1. Valor solicitado à FINEP/FNDCT

O valor solicitado à FINEP/FNDCT na proposta deverá, obrigatoriamente, enquadrar-se entre o mínimo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e o máximo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

O valor solicitado à FINEP/FNDCT somado aos valores concedidos pela FINEP/FNDCT em projetos já contratados (excetuando-se contrato com prazo de execução encerrado e regulares junto à FINEP) e em contratação, no contexto de editais anteriores de Subvenção Econômica à Inovação nacional, não poderá exceder ao maior dos seguintes valores:

- Faturamento bruto da empresa beneficiária proponente no ano de 2012 e
- Capital social integralizado da empresa beneficiária proponente.

Para os fins do acima disposto, entende-se por “valores concedidos” aqueles projetos, aprovados pela FINEP por força de editais anteriores de Subvenção Econômica à Inovação Nacional, que se encontram em fase de contratação ou devidamente contratados (excetuam-se os contratos com prazo de execução encerrado e regulares junto a FINEP).

As propostas que não observarem esses limites quanto ao valor solicitado à FINEP/FNDCT serão eliminadas da Seleção Pública.

5.1.1. Itens financiáveis

As despesas de capital deverão totalizar no máximo 20% (vinte por cento) do valor solicitado à FINEP/FNDCT.

O valor solicitado à FINEP/FNDCT poderá contemplar despesas de custeio e de capital de atividades associadas ao projeto, tais como:

- concepção, definição de parâmetros e elaboração de projetos básicos e executivos;
- desenvolvimento ou aprimoramento de novos produtos e/ou processos;
- avaliação de desempenho, incluindo inspeção, ensaios, testes de conformidade e certificação;
- patenteamento de soluções desenvolvidas no projeto;
- obras e reformas em geral, se necessárias ao desenvolvimento do projeto e
- aquisição de equipamentos e instalações de caráter permanente, se necessária ao desenvolvimento do projeto.

Estas atividades podem ser custeadas por meio dos seguintes elementos:

1. Despesas de Custeio

- vencimentos e obrigações patronais (pagamento de pessoal próprio com vínculo trabalhista de acordo com as regras da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, alocado em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I);

- serviços de terceiros - pessoas físicas ou jurídicas (para execução de serviços específicos necessários à execução do projeto);
- material de consumo (incluindo matérias-primas);
- diárias (exclusivamente para a equipe executora do projeto) e
- passagens (exclusivamente para a equipe executora do projeto).

2. Despesas de Capital

- obras e instalações;
- equipamentos e materiais permanentes.

5.1.2. Itens não financiáveis

É vedado o pagamento, com recursos FINEP/FNDCT, de quaisquer despesas a militar, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal da Administração Pública Direta ou Indireta, salvo se permitido por legislação específica.

Não são financiáveis despesas de capital previstas em projetos de beneficiárias cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas não residentes no País. Excepcionalmente, as despesas de capital a serem realizadas em projetos inseridos em setores de atividades e regiões econômicas de alto interesse nacional poderão ser financiadas pela FINEP. O enquadramento na conjuntura de exceção mencionada acima será exercida pela FINEP, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, do Decreto nº 2.233, de 23 de maio de 1997, e em outros regramentos que, porventura, vierem a substituí-los ou complementá-los.

5.2. Valor de contrapartida financeira

As beneficiárias poderão solicitar o financiamento da contrapartida financeira conforme disposto no item 6. Apresentação da Proposta, em consonância com o disposto na Política Operacional da FINEP vigente. Para maiores informações, consultar <http://www.finep.gov.br>.

As empresas que solicitarem o financiamento da contrapartida terão suas propostas analisadas em paralelo ao processo desta Seleção.

Caso a solicitação de financiamento da contrapartida não seja aprovada, ainda assim a empresa terá direito aos recursos da subvenção econômica se a proposta for aprovada nos termos desta Seleção Pública.

A aprovação da solicitação de financiamento da contrapartida está condicionada à aprovação da proposta de subvenção vinculada.

5.2.1. Valores mínimos

As beneficiárias deverão aportar Contrapartida Mínima (CM) de R\$ 700.000,00. Caso o Valor Solicitado à FINEP/FNDCT (VS) exceda R\$ 700.000,00, deverá ser

aportada Contrapartida Adicional (Δ) à Contrapartida Mínima, calculada como percentual (P) do valor excedido, conforme tabela abaixo:

Porte / Faturamento Bruto em 2012	Percentual de contrapartida sobre valor excedido (P)
Microempresa ou empresa de pequeno porte / faturamento bruto inferior ou igual a R\$ 3.600.000,00	zero
Pequena empresa / faturamento bruto superior a R\$ 3.600.000,00 e inferior ou igual a R\$ 16.000.000,00	10%
Média empresa / faturamento bruto superior a R\$ 16.000.000,00 e inferior ou igual a R\$ 90.000.000,00	20%
Média-grande / faturamento bruto superior a R\$ 90.000.000,00 e inferior ou igual a R\$ 300.000.000,00	30%
Grande empresa / faturamento bruto superior a R\$ 300.000.000,00	40%

Desta forma, o Valor da Contrapartida (VC) exigida será:

$$VC = CM + \Delta,$$

sendo

$$\Delta = P \times (VS - R\$ 700.000,00)$$

Em caso de associação de empresas na mesma proposta, deve ser considerado o faturamento da beneficiária proponente em 2012 para fins de enquadramento do porte. O valor da contrapartida financeira, neste caso, será constituído pela soma dos aportes oferecidos pelas beneficiárias (proponente e coexecutoras).

5.2.2. Itens de contrapartida

O valor de contrapartida financeira poderá ser composto por despesas de custeio e de capital, desde que associadas à execução de atividades do projeto.

As despesas com recursos de contrapartida podem ser alocadas às seguintes atividades, além daquelas detalhadas no item 5.1.1:

- prospecção e estudos de mercado para o produto (bens ou serviços) ou processo a ser desenvolvido;
- seleção e capacitação de fornecedores de insumos necessários ao projeto;
- comercialização pioneira do produto no mercado;
- participação em eventos relacionados ao tema do projeto;
- participação efetiva dos sócios no desenvolvimento do projeto (pró-labore).

5.3. Prazo de execução

O prazo de execução do projeto deverá ser de até 36 (trinta e seis) meses.

5.4. Coordenador técnico e profissionais da equipe executora

O coordenador do projeto deve ter competência e experiência técnica relacionada ao tema da proposta e vínculo com a beneficiária proponente (participação como sócio ou empregado com vínculo trabalhista, de acordo com as regras da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT).

Os demais profissionais da equipe executora do projeto também devem ter competências e experiências técnicas relacionadas ao tema da proposta e, preferencialmente, vínculo com a beneficiária proponente ou coexecutoras (participação como sócios ou empregados com vínculo trabalhista, de acordo com as regras da CLT).

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Todas as propostas deverão ser enviadas à FINEP através da internet, até a data e horário limite estabelecidos no item 12 - **CRONOGRAMA DA SELEÇÃO PÚBLICA**.

O preenchimento da proposta deverá ser realizado de acordo com as instruções contidas nos Manuais que acompanham os Formulários de Apresentação de Proposta (FAP), disponíveis na página da FINEP na internet:

FAP-SBV – Subvenção Econômica;

FAP-CP – Consulta Prévia; e

FAP-SF – Solicitação de Financiamento.

O manual de preenchimento do FAP-SBV é parte integrante da presente Seleção Pública.

Somente as empresas que **desejam** solicitar o financiamento da contrapartida financeira estão obrigadas ao preenchimento eletrônico dos FAP-CP e FAP-SF e posterior envio dos documentos impressos, em volumes, conforme detalhado nos anexos 1 e 2. Neste caso, o preenchimento dos formulários obedecerá à seguinte ordem, nos prazos estabelecidos no item 12 desta Seleção Pública:

- i) preenchimento e envio do FAP-SBV. O envio deverá gerar um número de protocolo de recebimento da proposta;
- ii) preenchimento e envio do FAP-CP no qual deverá constar o número do protocolo de recebimento acima citado; e
- iii) preenchimento e envio do FAP-SF, também constando o número do protocolo mencionado.

A classificação das propostas levará em conta somente os itens relacionados à concessão dos recursos subvencionados. A avaliação da solicitação do financiamento da contrapartida financeira não é eliminatória.

Todas as empresas candidatas deverão enviar à FINEP 2 (duas) cópias impressas da proposta, idênticas à enviada por meio eletrônico, até a data limite estabelecida no item 12, assinada pelos representantes legais das empresas beneficiárias proponentes e coexecutoras, quando for o caso, para assunção dos compromissos estabelecidos. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

Às cópias impressas poderão ser anexados outros documentos e informações consideradas relevantes para análise do projeto, até o limite total de 20 (vinte) páginas. Os documentos solicitados nesta Seleção Pública, descritos a seguir, não serão contabilizados neste limite.

A proposta deverá ser impressa em papel A4 e apresentada sem nenhum tipo de encadernação ou grampeamento.

A empresa beneficiária proponente que deseja solicitar recursos da Subvenção Econômica deverá encaminhar a Carta de Apresentação da Proposta, segundo o modelo do Anexo 1, além da documentação pertinente:

- FAP-SBV – uma única proposta consolidada;
- Capacidade de investimento de todas as empresas beneficiárias (proponente e coexecutoras):
 - Balanços patrimoniais (2010, 2011 e 2012);
 - Demonstrativos de resultados (2010, 2011 e 2012);
- Declaração de origem da contrapartida (Anexo 3);
- **ESTATUTO/CONTRATO SOCIAL de todas as beneficiárias** atualizado e comprovação de que o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ) ocorreu até 31/12/2009;
- **ATO de DESIGNAÇÃO** dos atuais dirigentes, quando a designação não estiver indicada no estatuto/contrato social;
- Relação dos acionistas majoritários, com sua qualificação completa, assinada pelos representantes legais das beneficiárias (proponente e coexecutora), no caso de sociedades por ações. Caso a representação legal seja exercida por procuração, a mesma deverá ser apresentada juntamente com a documentação exigida.

Observação: No caso de **empresário individual**, deverá ser apresentada a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA da JUNTA COMERCIAL**.

As beneficiárias (proponente e coexecutoras) que além dos recursos da Subvenção Econômica também desejam solicitar o financiamento de contrapartida deverão apresentar adicionalmente, conforme Anexo 1:

- FAP-CP – uma proposta individual para cada empresa candidata ao financiamento da contrapartida;
- Planilha de análise de crédito retrospectiva para cada empresa candidata ao financiamento da contrapartida.

Estes documentos deverão ser inseridos em envelope único lacrado, no qual devem estar claramente indicados o número de identificação da proposta (protocolo SBV) e a razão social da empresa proponente. O envelope deverá ser postado ou entregue diretamente na FINEP, no endereço indicado a seguir:

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação - 03/2013

Tema: [Nanotecnologia]

Protocolo SBV: [xxx]

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

Praia do Flamengo, 200/3º andar – Protocolo

22.210-065- Rio de Janeiro – RJ

Caso uma mesma proposta apresente mais de um envelope, será considerado aquele que apresentar a data mais recente do carimbo de postagem ou do protocolo da FINEP, se entregue diretamente, observados os prazos estabelecidos no item 12.

As empresas que solicitarem recursos para financiamento da contrapartida deverão apresentar os documentos constantes do Anexo 2:

- FAP-SF – uma proposta individual para cada empresa candidata ao financiamento da contrapartida;
- Planilha de análise de crédito prospectiva e
- Documentos para análise jurídica, econômico-financeira e de garantias (ANEXO 7).

Estes documentos deverão ser inseridos em envelope único lacrado, no qual devem estar claramente indicados o número de identificação da proposta (protocolo SBV) e a razão social da empresa proponente. O envelope deverá ser postado ou entregue diretamente na FINEP, no endereço indicado a seguir:

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação - 03/2013

Tema: [Nanotecnologia]

Protocolo SBV: [xxx]

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

Praia do Flamengo, 200/3º andar - Protocolo

22.210-065 - Rio de Janeiro - RJ

Caso uma mesma proposta apresente mais de um envelope, será considerado aquele que apresentar a data mais recente do carimbo de postagem ou do protocolo da FINEP, se entregue diretamente, observados os prazos estabelecidos no item 12.

7. SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

O processo de seleção das propostas consistirá na avaliação de seus aspectos formais e técnicos, conforme a seguir :

Requisitos Formais	
1	Elegibilidade conforme item 4
2	Atendimento aos valores limites solicitados à FINEP/FNDCT (itens 5.1 e 5.1.1)
3	Atendimento aos valores mínimos de contrapartida (item 5.2.1)
4	Atendimento ao prazo máximo de execução (item 5.3)
5	Envio eletrônico do(s) FAP(s) pela internet (atendimento ao itens 6 e 12)
6	Envio dos documentos impressos, devidamente preenchidos e assinados (Carta de Apresentação da Proposta e documentação pertinente, conforme itens 6 e 12)

As propostas serão analisadas por comitês de especialistas, constituídos por analistas da FINEP, podendo ser subsidiados por consultores externos, segundo os seguintes critérios:

Ordem	Crítérios de Avaliação de Mérito	Peso
1	Conformidade ao objetivo (item 1 e 2 da Seleção Pública)	3
2	Estágio de desenvolvimento do produto e/ou processo	4
3	Grau de inovação para o mercado nacional ou mundial e risco tecnológico	4
4	Capacitação técnica da equipe executora	4
5	Adequação da metodologia	3
6	Adequação da infraestrutura	2
7	Adequação do orçamento do projeto	1
8	Adequação do cronograma físico do projeto	1

Todos os critérios acima serão pontuados de 0 a 5.

Serão eliminadas as propostas que não atenderem requisitos formais ou não atenderem às seguintes condições:

- obtenção de nota igual ou superior a 1,0 (um) em cada um dos critérios de avaliação;
- obtenção de nota igual ou superior a 3,0 (três) nos critérios 2 e 3 do quadro anterior; e
- obtenção de média ponderada igual ou superior a 3,0 (três), considerando-se a totalidade dos critérios.

As propostas serão avaliadas quanto aos aspectos econômico-financeiros (capacidade de

investimento com recursos próprios ou capacidade de pagamento do financiamento correspondente). As propostas não eliminadas serão classificadas, por Tema, em ordem decrescente de notas, até o limite de recursos alocados, conforme item 3.

8. DELIBERAÇÃO

As propostas classificadas na forma do item 7 serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva da FINEP para decisão final.

9. RESULTADOS

Os resultados, PRELIMINAR e FINAL, serão divulgados no Portal da FINEP na Internet e caberá às empresas interessadas a sua verificação para atendimento dos prazos estabelecidos nesta Seleção Pública.

Após a divulgação do resultado PRELIMINAR, cada beneficiária terá acesso eletrônico individual ao seu resultado, mediante senha pessoal a ser fornecida pela FINEP via correio eletrônico ao responsável pelo envio da proposta no momento de sua apresentação por meio do FAP.

A partir da divulgação do resultado PRELIMINAR, a fim de agilizar a possível contratação, as empresas que tiveram a proposta aprovada nesse momento, deverão encaminhar a documentação solicitada no Anexo 4 – DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO.

O envio da referida documentação não garante a contratação da proposta, pois a mesma deverá ter a aprovação final e atender a todos os requisitos para contratação estabelecidos na presente Seleção Pública.

Após o exame de todos os recursos, o resultado FINAL será divulgado no Portal da FINEP na Internet e no Diário Oficial da União.

10. RECURSO

Após a divulgação do resultado PRELIMINAR da Avaliação de Requisitos Formais e de Mérito, eventual recurso poderá ser apresentado por carta à FINEP. O prazo para postagem do recurso, ou para protocolo, se entregue diretamente na FINEP, é de até 10 (dez) dias corridos a contar da data de divulgação do resultado no Portal da FINEP.

O recurso deverá obedecer aos requisitos dos artigos 58, inciso I, e 60, da Lei nº 9.784/1999. No texto do pedido de recurso, não serão aceitas informações adicionais de qualquer natureza que modifiquem a proposta original, nem o envio de documentos complementares àqueles originalmente encaminhados.

11. VISITA TÉCNICA, CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS

As propostas aprovadas deverão ser contratadas no prazo de 60 (sessenta) dias contados da divulgação do resultado final. As propostas não contratadas nesse prazo serão arquivadas.

Se houver atraso na contratação causado pela FINEP, o prazo de contratação será prorrogado pelo período correspondente ao atraso ocorrido.

As beneficiárias (proponente e coexecutoras) cujas propostas forem aprovadas pela Diretoria da FINEP poderão ser objeto de visita técnica, com o objetivo de conferir os dados informados na

apresentação da proposta, especialmente quanto à infraestrutura física e à equipe executora própria da empresa, bem como outras informações relevantes prestadas no processo seletivo.

Se for verificado que as informações prestadas não correspondem à realidade ou haja a constatação da existência de outro fator impeditivo para a contratação, a aprovação da proposta poderá ser revogada.

Caso qualquer das empresas já possua contrato anterior ativo firmado com a FINEP, a nova contratação dependerá da avaliação das operações já contratadas, considerando o cumprimento satisfatório das obrigações da empresa.

Caso haja previsão de obras, a liberação dos recursos relativos a essas ficará condicionada à apresentação de: a) projeto básico; b) comprovação de propriedade do imóvel onde será realizada a obra ou o contrato de locação; c) licenciamento ambiental adequado, se for o caso.

A FINEP poderá acrescentar condições específicas para cada empresa além das condições contratuais gerais constantes do Anexo 6 – Minuta do Contrato – Modalidade de Subvenção Econômica.

A aprovação final da proposta não garante a contratação, que não será realizada nas hipóteses de:

- As beneficiárias (proponentes e coexecutoras) ou seus sócios majoritários constarem do cadastro nacional de condenados por improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- As beneficiárias (proponentes e coexecutoras) ou seus sócios estiverem inadimplentes com a FINEP ou garantirem contratos em cobrança judicial, pela FINEP.
- Ficar demonstrado, mesmo após a aprovação, que o repasse dos recursos à empresa não atenderá aos objetivos da subvenção econômica.
- As beneficiárias (proponentes e coexecutoras) não apresentarem regularidade jurídica diante das normas legais e regulamentares para receber financiamento público.
- As beneficiárias (proponentes e coexecutoras) deixarem de apresentar quaisquer dos documentos cuja apresentação seja exigida nesta Seleção Pública ou não comprovarem a sua capacidade para a execução do projeto.

A liberação de recursos depende da disponibilidade orçamentária e financeira da FINEP/FNDCT.

12. CRONOGRAMA DA SELEÇÃO PÚBLICA

Para facilitar o envio dos documentos eletrônicos e impressos, os proponentes foram distribuídos em 2 (dois) grupos, segundo:

- G1 - proponentes que **não** desejam solicitar o financiamento da contrapartida; e
- G2 - proponentes que desejam solicitar o financiamento da contrapartida.

Fases	Datas	Responsável
Lançamento da Chamada Pública	14/03/2013	FINEP
Disponibilização do formulário eletrônico - FAP-SBV e FAP-CP	28/03/2013	FINEP
G1 e G2 - Término do prazo para envio eletrônico do FAP-SBV	16/05/2013	Proponente
G2 - Término do prazo para envio eletrônico do FAP-CP	20/05/2013	Proponente
G1 e G2 - Término do prazo de envio da documentação impressa do FAP-SBV e FAP-CP, Anexo 1	21/05/2013	Proponente
G2 - Início do prazo para envio eletrônico do FAP-SF	27/05/2013	Proponente
G2 - Término do prazo para envio eletrônico do FAP-SF	13/06/2013	Proponente
G2 - Término do prazo do envio da documentação impressa do FAP-SF, Anexo 2	14/06/2013	Proponente
Divulgação do resultado preliminar da Avaliação de Requisitos Formais e de Mérito	25/07/2013	FINEP
Divulgação do resultado final	29/08/2013	FINEP

Observação: O horário limite para todos os envios eletrônicos é 17:00h, no horário de Brasília.

* Aos interessados em antecipar conhecimento sobre o conteúdo do FAP-CP e FAP-SF basta acessar o endereço:

http://www.finep.gov.br/formularios_manuais/fapReembolsavel.asp

13.BASE LEGAL

Lei nº 10.973/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563/2005.

14.CONCEITOS

- **Empresa brasileira:** organização econômica instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, constituída sob as leis brasileiras e com sede de sua administração no Brasil. Nos termos dos Acórdãos 1342/2009 e 227/2011 do Plenário do TCU, são elegíveis a receber recursos de subvenção econômica as sociedades simples com finalidade lucrativa.
- **Inovação:** introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, conforme disposto na Lei 10.973, de 02/12/2004 e no Decreto 5.563, de 11/10/2005.

15.DISPOSIÇÕES GERAIS

Serão desconsideradas as propostas que estejam em desacordo com qualquer item desta Seleção Pública.

Ao preencher o Formulário Eletrônico as beneficiárias se comprometem com a veracidade das informações declaradas.

Os anexos listados a seguir integram esta Seleção Pública:

- ANEXO 1** – MODELO de CARTA de APRESENTAÇÃO da PROPOSTA
- ANEXO 2** – MODELO de CARTA de APRESENTAÇÃO da PROPOSTA – Modalidade Financiamento Reembolsável.
- ANEXO 3** – MODELO de DECLARAÇÃO de ORIGEM da CONTRAPARTIDA.
- ANEXO 4** – DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO.
- ANEXO 5** – MODELO de DECLARAÇÃO de CONTENCIOSO.
- ANEXO 6** – MINUTA de CONTRATO MODALIDADE SUBVENÇÃO ECONÔMICA - CLÁUSULAS PADRÃO.
- ANEXO 7** – DOCUMENTOS PARA ANÁLISE JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E DE GARANTIA

Dúvidas a respeito do conteúdo da presente Seleção Pública deverão ser dirigidas exclusivamente para o e-mail sbv032013@finep.gov.br. A FINEP, a seu critério, poderá divulgar a pergunta e a resposta.

Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria Executiva da FINEP.

Rio de Janeiro, 14 de Março de 2013.

Glauco Arbix
Presidente
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT
Subvenção Econômica à Inovação – 03/2013
Nanotecnologia

ANEXO 1
MODELO de CARTA de APRESENTAÇÃO da PROPOSTA

Nº de Identificação da Proposta (Nº SBV):

Título do Projeto:

Empresa:

Seleção Pública 03/2013: Nanotecnologia

Tema:

[**EMPRESA**], com sede em [**ENDEREÇO**], inscrita no CNPJ sob nº [**NÚMERO**], por seu representante legal abaixo qualificado encaminha em envelope único contendo, além desta carta, os volumes de documentos exigidos no Edital, conforme disposição abaixo:

Volume 1

Para todas as empresas beneficiárias (proponente e coexecutoras):

- FAP-SBV – uma única proposta consolidada;
- Capacidade de investimento de todas as empresas beneficiárias (proponente e coexecutoras):
 - Balanços patrimoniais (2010, 2011 e 2012);
 - Demonstrativos de resultados (2010, 2011 e 2012);
- Declaração de origem da contrapartida (Anexo 3);
- **ESTATUTO/CONTRATO SOCIAL de todas as beneficiárias** atualizado e comprovação de que o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ) ocorreu até 31/12/2009;
- **ATO de DESIGNAÇÃO** dos atuais dirigentes, quando a designação não estiver indicada no estatuto/contrato social;
- Relação dos acionistas majoritários, com sua qualificação completa, assinada pelos representantes legais das beneficiárias (proponente e coexecutora), no caso de sociedades por ações. Caso a representação legal seja exercida por procuração, a mesma deverá ser apresentada juntamente com a documentação exigida.

Observação: No caso de **empresário individual**, deverá ser apresentada a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA da JUNTA COMERCIAL**.

Volume 2

Apenas para as empresas beneficiárias (proponentes e coexecutoras) que desejam solicitar o financiamento da contrapartida:

- FAP-CP – uma proposta individual para cada empresa candidata ao financiamento da contrapartida;
- Planilha de análise de crédito retrospectiva para cada empresa candidata ao financiamento da contrapartida.

[Local], ____ de _____ de 2013.

_____[NOME]
[CARGO][EMPRESA]

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT
Subvenção Econômica à Inovação – 03/2013

Nanotecnologia

ANEXO 2

MODELO de CARTA de APRESENTAÇÃO da PROPOSTA
MODALIDADE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL

Nº de Identificação da Proposta (Nº SBV):

Título do Projeto:

Empresa:

Seleção Pública 03/2013: Nanotecnologia

Tema:

[EMPRESA], com sede em [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ sob nº [NÚMERO], por seu representante legal abaixo qualificado encaminha em envelope único contendo, além desta carta, o volume de documentos exigido no Edital, conforme disposição abaixo:

Volume 1

Para as empresas beneficiárias (proponente e coexecutoras) que desejam solicitar financiamento da contrapartida:

- FAP-SF – uma proposta individual para cada empresa candidata ao financiamento da contrapartida;
- Planilha de análise de crédito prospectiva; e
- Documentos para análise jurídica, econômico-financeira e de garantias (ANEXO 7).

[Local], ___ de _____ de 2013.

_____ [NOME]

[CARGO][EMPRESA]

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT
Subvenção Econômica à Inovação – 03/2013

Nanotecnologia

ANEXO 3

MODELO de DECLARAÇÃO de ORIGEM da CONTRAPARTIDA

[**EMPRESA**], com sede em [**ENDEREÇO**], inscrita no CNPJ sob nº [**NÚMERO**], por seu representante legal abaixo qualificado, declara junto à **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP**, que apresenta a seguinte origem de recursos para a Contrapartida Financeira do projeto [**título do projeto**]:

<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

Obs.: A empresa deverá preencher as linhas acima indicando a origem dos recursos que apresentará como contrapartida. Por exemplo: financiamento FINEP; geração de caixa; recursos próprios; financiamentos junto às instituições financeiras; aporte de capital; etc.

Declara, também, estar ciente de que, caso a empresa apresente a opção de **Aporte de Capital Futuro** como Origem de Contrapartida, a FINEP poderá exigir como **condição prévia à contratação e/ou condição prévia às liberações de recursos**:

- i) Para Sociedade Anônima: Ata da Assembléia da alteração do Capital Social junto com o Boletim de Subscrição e Comprovante de Integralização do Capital;
- ii) Para outros tipos de Sociedade: Alteração Contratual registrada na Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

[Local], ___ de _____ de 2013.

[NOME]
[CARGO]
[CPF]

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT
Subvenção Econômica à Inovação – 03/2013
Nanotecnologia

ANEXO 4

DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

A apresentação dos documentos referente à garantia será considerada condição prévia à contratação, e se refere às empresas que solicitarão o financiamento da contrapartida. Tais documentos estão listados no site da Finep, “como apresentar proposta”, modalidade financiamento reembolsável, cujo acesso pode ser obtido através do link:

<http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=25.35.10>

Apenas as empresas que tiverem sua proposta aprovada ao final da presente Chamada Pública deverão encaminhar os documentos abaixo, na ocasião da efetivação da contratação.

A apresentação dos documentos a seguir listados será considerada condição prévia à contratação, e se refere **a todas as empresas proponentes e coexecutoras constantes do FAP, as quais assinarão o contrato.**

A **FINEP** poderá vir a solicitar outros documentos que entenda necessários à contratação em tela.

1. Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.
2. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
3. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
4. Certidão Negativa da Receita/Dívida Ativa do Estado.
5. Certidão Negativa da Receita/Dívida Ativa do Município.
6. Certidão(ões) do(s) Cartório(s) Distribuidor(es) de Ações Cíveis, Fiscais e Falimentares, emitida pela Justiça Estadual.
7. Certidão de Distribuição de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais, emitida pela Justiça Federal.
8. Certidão(ões) emitida(s) pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) de Feitos da Justiça Trabalhista.
9. Certidão(ões) do(s) Cartório(s) de Protestos.
10. **DECLARAÇÃO** sobre o **CONTENCIOSO** ou de inexistência de contencioso (ver modelo no Anexo 4), assinada pelos representantes, legalmente qualificados, da empresa. Caso o representante não esteja relacionado no Contrato Social/Estatuto, a empresa deverá encaminhar a procuração que confere poderes a este representante para tal ato.
11. Recibo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

12. Licença Ambiental para o projeto ou para a(s) atividade(s) a serem desenvolvidas no projeto (**não será aceito protocolo do pedido de licenciamento**). No caso de as atividades do projeto estarem contempladas pela licença ambiental da empresa, esta deve ser enviada. Se o projeto não apresentar atividades potencialmente poluidoras a empresa deverá apresentar documento emitido pelo órgão ambiental responsável, confirmando esta informação
13. Apresentar autorizações essenciais para realização do projeto, se for o caso.
- Exemplos:** Certificado de Qualidade em Biossegurança; Autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Observação: No caso de **empresário individual** deverão ser apresentados todos os documentos listados acima, bem como os seguintes documentos **relativos à pessoa física que exerce a atividade empresarial (CPF) - itens 6, 7, 8 e 9 acima.**

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT
Subvenção Econômica à Inovação – 03/2013
Nanotecnologia

ANEXO 5

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTENCIOSO

[EMPRESA], com sede em [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ sob nº [NÚMERO], por seu representante legal abaixo qualificado, declara junto à **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP**:

Assinalar uma das opções abaixo

QUE APRESENTA O SEGUINTE QUADRO RELATIVO AO SEU CONTENCIOSO:

PROCESSOS	PERDA			PROVISIONADO R\$
	PROVÁVEL R\$	POSSÍVEL R\$	REMOTA R\$	
CÍVEIS				
FISCAIS TRIBUTÁRIOS /				
TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS /				
TOTAL				

QUE NÃO POSSUI PROCESSOS DE CONTENCIOSO.

[Local], ___ de _____ de 2013.

[NOME]
[CARGO]
[CPF]

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT
Subvenção Econômica à Inovação – 03/2013
Nanotecnologia–

ANEXO 6

MINUTA DE CONTRATO - CLÁUSULAS PADRÃO

CONTRATO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA

(LEI Nº 10.973/2004)

SELEÇÃO PÚBLICA – SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO – 2013

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP INSTRUMENTO CONTRATUAL CÓDIGO N.º				

CLÁUSULA PRIMEIRA

PARTES

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS, doravante denominada simplesmente **FINEP**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede em Brasília, Distrito Federal e escritório nesta Cidade, na Praia do Flamengo, n.º 200 - Parte, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.749.086/0001-09, por seus representantes legais ao final qualificados, na qualidade de SECRETARIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT.

NOME, doravante denominada **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, situada em _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por seus representantes legais ao final qualificados.

CLÁUSULA SEGUNDA

OBJETO

Concessão de subvenção econômica pela **FINEP** à **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, para a execução do Projeto “_____”, doravante denominado PROJETO, conforme PLANO DE TRABALHO aprovado pela FINEP.

CLÁUSULA TERCEIRA

AUTORIZAÇÕES

Decisão da Diretoria Executiva da **FINEP** n° _____, de __/__/____, relativa à referência **FINEP** n° _____.

CLÁUSULA QUARTA

RECURSOS

1. **VALOR FINEP:** até o valor de **R\$** _____ (_____), a ser desembolsado em _____ (_____) parcelas, disponíveis para saque nas épocas e valores seguintes:

OBSERVAR O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO NO PLANO DE TRABALHO

- 1ª parcela: **R\$** _ (_____), após a assinatura do presente Contrato;
- 2ª parcela: **R\$** _ (_____), 180 (cento e oitenta) dias após a liberação da primeira parcela;
- 3ª parcela: **R\$** _ (_____), 180 (cento e oitenta) dias após a liberação da segunda parcela;
- 4ª parcela: **R\$** _ (_____), 180 (cento e oitenta) dias após a liberação da terceira parcela.

2. **FONTE:** recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT/SUBVENÇÃO ECONÔMICA.

3. **DISCRIMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** os recursos financeiros correrão à conta da discriminação orçamentária constante da NOTA DE EMPENHO que integra o presente CONTRATO.

4. LIBERAÇÃO: a **FINEP** efetuará a transferência de recursos financeiros conforme Cronograma de Desembolso contido no **PLANO DE TRABALHO**, respeitadas as suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, bem como as condições determinadas pela Diretoria Executiva da **FINEP**.

CLÁUSULA QUINTA

CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS

1. Para o desembolso da primeira parcela dos recursos, a **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** deverá:

- a) indicar a conta corrente exclusiva para movimentação dos recursos;
- b) apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, a Certidão conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) apresentar projeto básico referente à obra prevista no plano de trabalho julgado satisfatório pela FINEP (*se for o caso*);
- d) apresentar licenciamento ambiental adequado (*se for o caso*);
- e) comprovação de propriedade do imóvel onde será realizada a obra ou contrato de locação do imóvel (*se for o caso*).

2. Para o desembolso das parcelas subsequentes à primeira, a **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** deverá apresentar à **FINEP**, os seguintes documentos:

- a) demonstrativo das despesas realizadas com os recursos anteriormente desembolsados pela **FINEP**;
- b) demonstrativo da utilização de recursos próprios no valor mínimo de:
 - i. **R\$** __ (_____), para liberação da segunda parcela;
 - ii. **R\$** __ (_____), para liberação da terceira parcela;
 - iii. **R\$** __ (_____), para liberação da quarta parcela.
- c) relatório parcial de andamento das atividades do PROJETO;
- d) apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, a Certidão conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS;

2.1. Para desembolso da ____ parcela: (*se for o caso*)

- a) apresentar projeto básico referente à obra prevista no plano de trabalho julgado satisfatório pela FINEP;
- b) apresentar licenciamento ambiental adequado;

- c) comprovação de propriedade do imóvel onde será realizada a obra ou contrato de locação do imóvel.

Parágrafo único. O desembolso das parcelas está condicionado à aprovação pela **FINEP** dos documentos exigidos nas alíneas 'a' e 'c' deste item.

CLÁUSULA SEXTA

PRAZOS

1. O prazo de utilização dos recursos do projeto é de ____ (_____) meses, contados da data de assinatura deste instrumento, findo o qual as parcelas não utilizadas serão automaticamente canceladas.

1.1. O prazo de utilização dos recursos poderá ser prorrogado, a critério da **FINEP**, mediante solicitação prévia da **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**.

2. O relatório técnico final e o demonstrativo de despesas realizadas com os recursos desembolsados na última parcela pela **FINEP** deverão ser apresentados em até **60 (sessenta) dias** após o término do prazo de utilização dos recursos e de execução do projeto, quando deverá ser apresentado também o demonstrativo de utilização de recursos de contrapartida no valor de R\$ ____ (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA

OBRIGAÇÕES

1. OBRIGAÇÕES DA FINEP

A **FINEP** se obriga a:

- a) transferir os recursos financeiros e realizar a classificação funcional-programática e econômica das despesas relativas a exercícios futuros, por meio de apostilamento de empenhos ou notas de movimentação de crédito;
- b) formalizar em documento próprio, contendo o registro dos respectivos empenhos ou notas de movimentação de crédito, os recursos financeiros alocados em exercícios futuros, os quais correrão à conta dos orçamentos respectivos;
- c) prorrogar, de ofício, os prazos deste contrato, quando houver atraso no desembolso dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de tempo correspondente ao do atraso verificado;

- d) analisar e emitir parecer sobre os aspectos técnicos e financeiros das demonstrações financeiras apresentadas pela **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**;
- e) decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos por este **CONTRATO**.

2. OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO

A **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** se obriga a:

- a) executar o PROJETO objeto deste CONTRATO, estritamente em conformidade com o que foi aprovado pela **FINEP**;
- b) informar à **FINEP** quaisquer alterações que a **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** pretenda realizar no Projeto, especialmente no que concerne aos itens apoiados pela **FINEP**;
- c) movimentar os recursos de subvenção econômica em **conta bancária exclusiva**, realizando aplicação financeira com os recursos transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, em fundo de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal;
- d) utilizar os recursos desembolsados pela **FINEP**, bem como os rendimentos das aplicações financeiras, exclusivamente na execução do PROJETO;
- e) manter em arquivo exclusivo disponível para a **FINEP**, pelo prazo de cinco anos contados do término do prazo de vigência deste CONTRATO, registros financeiros e contábeis e demonstrativos financeiros referentes aos recursos transferidos por este instrumento, de acordo com as normas estipuladas na legislação em vigor e no presente CONTRATO, adequados para o acompanhamento e avaliação físico-financeira do PROJETO;
- f) comunicar à **FINEP**, previamente à sua realização, as mudanças no quadro societário, na distribuição do capital social e no controle societário, ou qualquer outra alteração em seu ato constitutivo ou por meio de acordo de acionista, hipóteses em que, a critério da **FINEP**, o Contrato poderá ser rescindido, aplicando-se o disposto nas Cláusulas Décima Segunda e Décima Terceira;
- g) restituir à **FINEP**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir da conclusão, rescisão ou extinção deste Contrato, o eventual saldo financeiro remanescente, inclusive o valor atualizado dos rendimentos de aplicação financeira;
- h) restituir à **FINEP**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação expedida pela **FINEP**, o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data do seu recebimento, quando:
 - (i) não for executado o objeto pactuado;
 - (ii) não forem apresentadas, nos prazos exigidos, os demonstrativos financeiros e/ou de execução física;
 - (iii) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Contrato.

i) afixar, destacadamente, em lugar visível de seu estabelecimento e em todos os materiais de divulgação resultantes da execução do PROJETO, o apoio financeiro da **FINEP** e do **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI**, com recursos do **FNDCT**, através de placa conforme modelo, dimensão e inscrição, constantes na página da **FINEP** na internet (<http://www.finep.gov.br>), especialmente no caso de:

- (i) seminários e eventos científicos e tecnológicos;
- (ii) publicações técnicas e científicas em revistas especializadas;
- (iii) relatórios técnicos e resumos publicados ou divulgados em qualquer meio, inclusive magnético ou eletrônico.

j) inserir *banner* virtual da **FINEP** na sua página de Internet, se houver, bem como fixar sinalização destacando a colaboração financeira da **FINEP** em lugar visível do local da realização do projeto, conforme modelo indicados no Portal da **FINEP**: <http://www.finep.gov.br>. O *banner* virtual deverá possuir link que direcione ao referido Portal da **FINEP**;

k) responder a qualquer solicitação de informação que a **FINEP** lhe fizer, por carta, no prazo de até 30 (trinta) dias contados dessa solicitação, sobre o andamento dos trabalhos ou o resultado do PROJETO, independentemente da fiscalização a ser exercida pela **FINEP**;

l) assegurar à **FINEP** os mais amplos poderes de fiscalização referentes à execução do presente CONTRATO, tanto em relação à aplicação dos recursos da subvenção econômica, quanto em relação à aplicação dos recursos de contrapartida;

m) assegurar à **FINEP** todas as facilidades e acessos necessários à realização de estudos sobre sua situação jurídica, técnica, econômica e financeira, inclusive, a critério da **FINEP**, de serviços de auditoria;

n) participar dos custos de elaboração do PROJETO com as quantias adicionais que se fizerem necessárias a sua conclusão;

o) manter a sua sede e administração no País;

p) cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência deste Contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;

q) assegurar aos órgãos de controle o acesso à aplicação dos recursos de subvenção econômica e de sua contrapartida no âmbito do seu poder de fiscalização;

r) não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços, no mercado nacional ou no mercado externo (importação), vinculados ao PROJETO, deverá ser feita pela **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** com estrita observância da legislação vigente, respeitados os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, buscando a proposta mais vantajosa para a **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**.

CLÁUSULA NONA RELATÓRIO TÉCNICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Os relatórios técnicos e as demonstrações financeiras deverão ser apresentados à **FINEP**, observando-se as Cláusulas **CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS** e **PRAZOS**, nos termos do roteiro fornecido pela **FINEP**, composto de:

- a) relatório de execução física do projeto;
- b) demonstrativo da execução da receita e despesa evidenciando os recursos recebidos a título de transferência, de contrapartida e dos rendimentos auferidos com a aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, bem como os saldos respectivos;
- c) relação de pagamentos efetuados, identificando o fato gerador da despesa, seu valor e o número da respectiva nota fiscal ou documento similar.

2. Para fins de divulgação externa, a **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** se obriga a apresentar, juntamente com o relatório mencionado no item anterior, um resumo, de até 200 palavras, contendo informações relativas aos resultados alcançados pelo PROJETO, no qual deverão ser destacadas até 6 (seis) palavras-chave que melhor caracterizem o conteúdo desses resultados.

3. As obrigações assumidas no presente Contrato somente serão consideradas cumpridas após a aprovação pela **FINEP** do relatório técnico final e da demonstração financeira final.

CLÁUSULA DÉCIMA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Quando os resultados alcançados pelo PROJETO ensejarem proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual e caso faça parte da estratégia de mercado da **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** obter tal proteção, deverão ser levados a registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI ou em outro órgão competente para a proteção da propriedade intelectual no Brasil, e a **FINEP** deverá ser informada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

CONDIÇÕES GERAIS

1. É vedado o aditamento deste Contrato com o intuito de alterar seu objeto, entendida como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no PROJETO.
2. Excepcionalmente, a **FINEP** poderá admitir, a pedido da **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, a reformulação do PLANO DE TRABALHO, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução do Contrato.
3. A **FINEP** poderá delegar formalmente o acompanhamento da execução do Contrato.
4. A **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** reconhece a autoridade normativa da **FINEP** para exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do PROJETO, reorientar ações e acatar, ou não, justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução.
5. Não será aceito pela **FINEP** pagamento por serviços de consultoria ou assessoria técnica, bem como de diárias e passagens, feito a militar, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal da Administração Pública Direta ou Indireta, salvo se permitido por legislação específica.
6. As despesas realizadas com recursos de subvenção econômica e as realizadas a título de contrapartida somente serão reconhecidas a partir da assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS DOS RECURSOS

Sem prejuízo da denúncia ou rescisão do presente Contrato, a **FINEP** poderá suspender os desembolsos dos recursos nas seguintes hipóteses:

- a) aplicação dos recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o PLANO DE TRABALHO;
- b) inexistência nas informações prestadas à **FINEP** pela **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, objetivando a obtenção desta subvenção econômica ou durante a execução deste Contrato;
- c) paralisação do PROJETO;
- d) outras circunstâncias que, a juízo da **FINEP**, tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pela **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, das obrigações assumidas no presente Contrato ou a realização dos objetivos para os quais foi concedido a subvenção econômica;

- e) inadimplemento, por parte da **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, de qualquer obrigação assumida neste Contrato;
- f) na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada ou protesto de título cambial em relação à **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, ressalvada a hipótese de protesto indevido, devidamente justificado.

Parágrafo único. A **FINEP** poderá nas hipóteses descritas nesta Cláusula, alternativamente ou em conjunto com a suspensão dos desembolsos dos recursos, fixar condicionantes de ordem técnica-operacional, jurídica ou financeira, que deverão ser cumpridas dentro de prazo a ser estabelecido, sob pena de aplicação do disposto nas Cláusulas Décima Terceira e Décima Quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

1. Será instaurada Tomada de Contas Especial pela **FINEP** ou, na sua omissão, por determinação do Controle Interno ou do Tribunal de Contas da União, para identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando ocorrer o seguinte:

- a) não apresentação de relatório técnico e de demonstrações financeiras no prazo de até 30 (trinta) dias da notificação que lhe for encaminhada pela **FINEP**;
- b) não aprovação de relatório técnico e de demonstrações financeiras, em decorrência de:
 - não execução do objeto pactuado;
 - atingimento parcial dos objetivos avençados;
 - desvio de finalidade;
 - impugnação de despesas;
 - não aporte dos recursos de contrapartida;
 - não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado.
- c) ocorrência de qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.
- d) não devolução de eventuais saldos financeiros remanescentes após 30 (trinta) dias da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do contrato.

2. A não-execução do PROJETO pactuado, ou sua execução parcial, decorrente de insucesso técnico devidamente justificado e aprovado pela **FINEP** não ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Contrato e de seus eventuais aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela **FINEP** até 30 dias contados da assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, em caso de infringência de quaisquer de seus dispositivos, imputando-se às partes a responsabilidade pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

Aplica-se ao presente instrumento a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, o Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 e demais atos normativos pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

O atraso ou abstenção, pela **FINEP** do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente Contrato, ou a eventual concordância com atrasos no cumprimento das obrigações assumidas pela **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, não implicarão qualquer novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo da **FINEP**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência deste contrato é de **48** (quarenta e oito) meses contados da data de assinatura deste CONTRATO

1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por, no máximo, mais 12 (doze) meses, desde que se mostre necessário. Qualquer eventual prorrogação será comunicada pela **FINEP** à(s) **BENEFICIÁRIA(S) DA SUBVENÇÃO** por meio de carta aditiva.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA
FORO DO CONTRATO

As partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro para solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato, ressalvado à **FINEP** o direito de optar pelo foro de sua sede.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Nome, inscrita(o) na OAB/RJ sob nº 000000, advogada(o) da **FINEP**, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em X (____) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro,

Pela FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP:

Pela BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT
Subvenção Econômica à Inovação – 03/2013
Nanotecnologia

ANEXO 7

DOCUMENTOS PARA ANÁLISE JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E DE
GARANTIAS

PARA AS EMPRESAS QUE SOLICITAREM FINANCIAMENTO DA
CONTRAPARTIDA

A. DOCUMENTOS PARA ANÁLISE JURÍDICA

1. Documentação relativa às Instituições Proponente e Coexecutoras

1.1. Essenciais para o início da análise:

- a) Estatuto/Contrato Social e alterações atualizados e devidamente registrados na Junta Comercial;
- b) Acordo de acionistas e/ou outros documentos referentes ao processo decisório, *se houver*;
- c) Declaração/Relatório indicando o total de processos (cíveis, fiscais/tributários e trabalhistas), os valores pedidos e os valores provisionados, assinada pelos representantes legais, ou por quem esteja devidamente autorizado;
- d) Certidão de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros emitida pela Receita Federal. *Caso a certidão seja positiva com efeitos de negativa, prestar esclarecimentos e informar o valor do débito*;
- e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). *Caso a certidão seja positiva com efeitos de negativa, prestar esclarecimentos e informar o valor do débito*;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa da Receita/Dívida Ativa do Estado. *Caso a certidão seja positiva com efeitos de negativa, prestar esclarecimentos e informar o valor do débito*;
- h) Certidão Negativa da Receita/Dívida Ativa do Município. *Caso a certidão seja positiva com efeitos de negativa, prestar esclarecimentos e informar o valor do débito*;

1.2. Outros documentos importantes para a análise:

- a) Ato de designação dos atuais dirigentes;
- b) Certidão emitida pelo(s) Cartório(s) Distribuidores da Justiça Estadual da Comarca e da Justiça Federal (inclusive Trabalhista) da Seção Judiciária;
- c) Recibo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- d) Licença Ambiental e outros documentos regulatórios pertinentes;
- e) Certidão do(s) Cartório(s) de Protestos da Comarca da sede.

2. Documentação jurídica relativa às Pessoas Jurídicas vinculadas à garantia: Interviente Garantidor (proprietário de direitos ou bens oferecidos em garantia), Fiador e Terceiro devedor do crédito cedido (cessão de direitos creditórios)

2.1. Essenciais para o início da análise:

- a) Estatuto/Contrato Social e alterações atualizados e devidamente registrados na Junta Comercial;
- b) Acordo de acionistas e/ou outros documentos referentes ao processo decisório, *se houver*;
- c) Declaração/Relatório indicando o total de processos (cíveis, fiscais/tributários e trabalhistas), os valores pedidos e os valores provisionados, assinada pelos representantes legais, ou por quem esteja devidamente autorizado;
- d) Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Receita Federal. *Caso a certidão seja positiva com efeitos de negativa, prestar esclarecimentos e informar o valor do débito*;
- e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). *Caso a certidão seja positiva com efeitos de negativa, prestar esclarecimentos e informar o valor do débito*;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa da Receita/Dívida Ativa do Estado. *Caso a certidão seja positiva com efeitos de negativa, prestar esclarecimentos e informar o valor do débito*;
- h) Certidão Negativa da Receita/Dívida Ativa do Município. *Caso a certidão seja positiva com efeitos de negativa, prestar esclarecimentos e informar o valor do débito*;

2.2. Outros documentos importantes para a análise:

- a) Ato de designação dos atuais dirigentes;
- b) Certidão emitida pelo(s) Cartório(s) Distribuidores da Justiça Estadual da Comarca e da Justiça Federal (inclusive Trabalhista) da Seção Judiciária;
- c) Recibo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- d) Licença Ambiental e outros documentos regulatórios pertinentes.
- e) Certidão do(s) Cartório(s) de Protestos da Comarca da sede.

Observação

A documentação ora solicitada não exclui a obrigatoriedade de apresentação dos mesmos documentos na fase de contratação da subvenção. Havendo exigência de apresentação da mesma documentação em fases distintas a FINEP aceitará cópia, observando-se a vigência da referida documentação.

B. DOCUMENTOS PARA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Todas as empresas proponentes e coexecutoras deverão enviar:

- Demonstrativos Contábeis dos 3 (três) últimos exercícios encerrados, contemplando no mínimo Balanços Patrimoniais e os Demonstrativos de Resultados. Caso haja coexecutoras, a mesma documentação deverá ser enviada; e
- Demonstrativos Contábeis mais recentes do ano em curso, contemplando no mínimo Balanços Patrimoniais e os Demonstrativos de Resultados. Caso haja coexecutoras, a mesma documentação deverá ser enviada.
 - Todos estes documentos contábeis deverão estar assinados por um contador e por um representante da empresa legalmente qualificado. Caso o representante não esteja relacionado no Contrato Social/Estatuto, a empresa deverá encaminhar a procuração que confere poderes a este representante para tal ato.
 - Se a empresa em sua classificação jurídica for uma S/A de Capital Aberto não há exigência quanto à assinatura do Contador e Representante Legal. Seguem a mesma regra os casos em que os Demonstrativos Contábeis da empresa forem publicados no Diário Oficial ou jornal de grande circulação.
- **DECLARAÇÃO de ORIGEM da CONTRAPARTIDA** dos recursos financeiros, assinada pelos representantes, legalmente qualificados, da empresa. Caso o representante não esteja relacionado no Contrato Social/Estatuto, a empresa deverá encaminhar a procuração que confere poderes a este representante para tal ato.

Observações Importantes:

Para fins de participação nesta Seleção Pública, as empresas, que por questões de Legislação Tributária, forem optantes pelo SIMPLES, NÃO estão isentas de apresentar a documentação contábil exigida. Nesta Seleção Pública a documentação contábil é obrigatória e se não for apresentada causará a desclassificação da proposta.

Caso a empresa tenha ficado INATIVA nos anos de 2010, 2011 e/ou 2012, deverá encaminhar a respectiva DECLARAÇÃO de INATIVIDADE da RECEITA FEDERAL.

Conforme definição adotada pela RECEITA FEDERAL, somente serão consideradas Pessoas Jurídicas INATIVAS aquelas que não tenham efetuado qualquer atividade operacional, não-operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano calendário.

No caso de empresário individual deverão ser apresentados os documentos listados acima, bem como a Certidão Simplificada da Junta Comercial.

Empresas que desejam solicitar o financiamento da contrapartida:

Planilha de Análise de Crédito Retrospectiva e Planilha de Análise de Crédito Prospectiva devidamente preenchidas conforme definido nas Instruções do respectivos documentos. Tais planilhas podem ser obtidas através do link

[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=25.35.10.](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=25.35.10)

No caso da garantia do financiamento pleiteado ser Aval Corporativo, solicitar os Demonstrativos Contábeis dos 3 (três) últimos exercícios encerrados, contemplando no mínimo Balanços Patrimoniais e os Demonstrativos de Resultados, devidamente assinados por um contador e por um representante da empresa legalmente qualificado. As regras para o envio de tais demonstrativos seguem as mesmas citadas anteriormente.

C. DOCUMENTOS PARA ANÁLISE DE GARANTIA

Principais garantias aceitas e os documentos necessários:

- a) Hipoteca: Necessidade de apresentação de laudo de avaliação, a ser elaborado por empresa de engenharia escolhida pela proponente. Através do link <http://download.finep.gov.br//programas/InovaBrasil/garantiasInovabrasil.pdf>, pode-se obter a relação de documentos mínimos que deverão constar do referido laudo;
- b) Alienação fiduciária de bens móveis: Necessidade de apresentação de laudo de avaliação, a ser elaborado por empresa de engenharia escolhida pela proponente. Através do link <http://download.finep.gov.br//programas/InovaBrasil/garantiasInovabrasil.pdf>, pode-se obter a relação de documentos mínimos que deverão constar do referido laudo;
- c) Carta de fiança bancária: Cabe à FINEP a prévia aceitação do banco fiador, sendo que a apresentação da referida carta de fiança bancária ocorrerá quando da liberação de cada parcela do financiamento;
- d) Aval/fiança de pessoa jurídica: Para a análise da garantidora devem ser encaminhadas as três últimas demonstrações contábeis da mesma (Balanço Patrimonial e DRE);
- e) Cessão de direitos de crédito: Se a proponente possuir algum contrato de longo prazo, que represente um direito de crédito oriundo da venda de produtos/serviços, este poderá ser cedido.

Neste caso, deverá ser encaminhada cópia do(s) contrato(s) objeto da cessão.